

Economia solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos solidários no município de Ijuí-RS

Solidarity economy and local development dynamics: a study of solidarity economic enterprises at the city of Ijuí, in the state of Rio Grande do Sul

David BASSO*

Fábio Roberto Moraes LEMES**

Daniel Claudy da SILVEIRA***

Resumo: O presente trabalho analisa a trajetória de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) de agricultores feirantes e de catadores no município de Ijuí/RS, buscando entender a sua inserção no processo de desenvolvimento local e sua contribuição para a emancipação dos atores envolvidos. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com representantes dos EES. As reflexões sobre o processo de desenvolvimento e os fundamentos metodológicos foram inspiradas nas contribuições do Realismo Crítico, entendendo a ciência como um produto cultural da humanidade, historicamente aberta e em contínua evolução. Observou-se que os EES podem se constituir em espaços de emancipação, contribuindo não apenas para a geração de renda para diversas famílias, mas também como alternativas para a manutenção de agricultores e a inserção com melhor qualidade de trabalho para os catadores. Em ambos os casos, no entanto, percebe-se a necessidade de apoio mais efetivo de políticas públicas como condição para potencializar alternativas dessa natureza.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Economia solidária. Realismo crítico.

Abstract: This paper analyses the trajectory of the Solidarity Economy Enterprises (SEEs) of farmers who sell their products in the open markets and garbage collectors at Ijuí, a city in the state of Rio Grande do Sul, seeking to understand their integration into the local development process and their contribution to the emancipation of the involved actors. For this purpose, the authors researched the available literature and conducted semi-structured interviews with representatives from the SEEs. The reflections on the development process and the methodological foundations were inspired by the contributions of the Critical

* Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ; Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui; integrante do corpo docente do Curso de Mestrado em Desenvolvimento da Unijui. E-mail: davidbasso@unijui.edu.br

** Economista e Mestre em Desenvolvimento pela Unijui, bolsista CAPES entre março de 2007 e fevereiro de 2009. E-mail: lemeskst@yahoo.com.br

*** Economista pela Unijui, bolsista PIBIC/CNPq entre agosto de 2006 e março de 2009. E-mail: daniel.claudy@hotmail.com

Realism, understanding science as a cultural product of humanity, historically open and in constant evolution. It was observed that the SEEs can be made into spaces of empowerment, contributing not only to generate income for several families, but also as alternatives to the subsistence of the farmers and the integration of the garbage collectors in the society while improving their work condition. In both cases, however, the analysis has detected the need of a more effective public policies support in order to enhance alternatives of this nature.

Keywords: Local development. Solidary economy. Critical realism.

Recebido em: 03/12/2009. Aceito em: 20/04/2010.

1 Introdução

A Economia Solidária é um campo de estudos relativamente recente na academia, mas que acompanha a crescente proliferação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), manifestada desde a década de 1980, e que se intensifica nos primeiros anos do século XXI. Esse fenômeno ocorreu em âmbito nacional como uma reação à crise estrutural desse período, tanto no meio urbano quanto rural, sendo visto especialmente como uma alternativa ao desemprego, uma fonte complementar de renda ou para obter maiores ganhos por meio da atividade associativa. (SENAES, 2006).

A compreensão de fenômenos como a Economia Solidária, pela análise do potencial que essa forma de organização econômica pode apresentar, é um elemento importante na discussão dos processos de desenvolvimento local ou regional.

A forma como se busca essa compreensão também assume importância, tendo em vista a complexidade dos processos sociais. Nesse sentido, buscou-se o referencial do Realismo Crítico para a compreensão dos condicionantes e potencialidades emergentes no interior da dinâmica de desenvolvimento em que estão inseridos os EES analisados.

Este artigo é resultado de um trabalho de pesquisa que buscou relacionar experiências de Economia Solidária no contexto do desenvolvimento do município de Ijuí/RS, com ênfase na experiência local de agricultores feirantes, orga-

nizados em associações e cooperativas, e nas associações de catadores.

Além desta parte introdutória e das conclusões, o trabalho está dividido em três partes. Inicialmente, são explicitados os conceitos que orientam o entendimento sobre desenvolvimento e economia solidária. Na segunda parte, apresenta-se a contribuição do realismo crítico que fundamenta os princípios e procedimentos metodológicos utilizados no estudo. Na última parte, são discutidos os principais resultados da pesquisa.

2 Concepção de desenvolvimento e Economia Solidária

O desenvolvimento é entendido neste trabalho como um fenômeno complexo, aberto e evolutivo, que apresenta bifurcações ao longo de sua trajetória, possuindo propriedades emergentes que, por consequência, não podem ser identificadas pela análise isolada de seus componentes. Para que se possa de fato compreender os processos de desenvolvimento, portanto, deve-se buscar a natureza dos agentes que interagem em determinadas situações.

Entender o desenvolvimento como um fenômeno complexo, aberto e evolutivo pressupõe uma nova racionalidade que ultrapasse a oposição secular entre determinismo científico e a liberdade humana. Conforme proclama Ilya Prigogine (apud SPIRE, 1999, p. 63-4), “é chegado o tempo do fim das certezas dogmáticas, que assentam todas sobre a idéia de que a única iniciativa razoável que podem ter os homens é a

de tomarem conhecimento do destino que lhes está reservado e de com ele se conformarem". Pelo contrário, a hipótese de Prigogine (Ibidem) é de que estamos "num mundo em construção, onde o homem, como a natureza, inventa sem cessar". Prigogine (1996, p. 193) acrescenta, ainda, que: "O futuro não é dado. Vivemos o fim das certezas. Será isto uma derrota do espírito humano? Estou convencido do contrário", responde o próprio autor.

Na busca pela natureza dos processos de desenvolvimento é necessário compreender os condicionantes que determinam a sua organização, sendo que tanto nos sistemas ecológicos como sociais esses processos são sistemas dissipativos, auto-organizados, que se mantêm longe do equilíbrio termodinâmico, devido a um suprimento constante de energia do exterior. (SILVA NETO, 2006).

Segundo Silva Neto (Ibidem, p. 15), os sistemas sociais e ecológicos se desenvolvem na medida em que ampliam suas condições de evoluir, entendendo a evolução como "[...] um aumento da probabilidade do sistema perdurar ao longo do tempo decorrente de mudanças que levem a um aumento da sua capacidade de auto-organização. Tais mudanças podem ser quantitativas ou qualitativas". Nesse sentido, são as perturbações ao sistema que permitem o surgimento de novos componentes, os quais podem se incorporar à sua estrutura, possibilitando a evolução. É a diversidade, portanto, fruto das perturbações, que assegura a evolução dos sistemas dissipativos.

Além das perturbações, é necessário que esses sistemas apresentem condições de não se deteriorarem frente às crises. Como esclarece Silva Neto (Ibidem), para serem capazes de evoluir, os sistemas dissipativos, em especial os sistemas sociais, devem ser suficientemente flexíveis, apresentando uma instabilidade interna que lhes permita sofrer mudanças, mas, ao mesmo tempo, certo grau de resiliência, ou seja, capacidade de absorção de impactos externos de maneira a não deteriorar sua capacidade de organização.

As perturbações que garantem a evolução dos sistemas sociais constituem-se nas inovações, sejam de relações sociais, sejam de

técnicas sobre o uso de matéria e energia. (SILVA NETO, 2006). Pode-se entender, assim, o surgimento de diferentes formas econômicas como sendo um conjunto de perturbações, tanto de ordem social como técnica que, combinadas, fizeram o sistema social evoluir ao atual estágio. Pensar a Economia Solidária como uma proposta sistêmica também remete a pensar que tipo de perturbações o conjunto de experiências que se agrupam nesse campo de fato representam o sistema.

No campo da Economia Solidária, o debate sobre desenvolvimento perpassa as discussões e ações de diversos atores sociais, sendo que as práticas dos empreendimentos têm despertado interesses diversos, especialmente do meio acadêmico e de setores governamentais, pela possibilidade de representarem concretamente aquilo que genericamente se discute como um novo processo de desenvolvimento.

A Economia Solidária, segundo Oliveira e Verardo (2007, p. 8), se apresenta como uma:

[...] perspectiva de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social. O desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. Deve rever as transformações sofridas no mundo do trabalho recuperando a relação entre trabalho e tempo livre e a questão sócio-ambiental. Estamos falando de desenvolvimento que envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também no sentido mais geral, estamos falando de desenvolvimento sustentável.

Segundo os autores, a proposta da Economia Solidária busca inserir a cooperação no lugar da competição, a inteligência coletiva ao invés do individualismo, a gestão coletiva em vez da precarização das condições de trabalho. Oliveira e Verardo (Ibidem) também entendem o desenvolvimento como um processo em construção a partir de distintas realidades, que formam um projeto emancipatório, integral, que visa à sustentabilidade, à justiça econômica, social, cultural e à democracia participativa.

O debate sobre o desenvolvimento se conecta com a Economia Solidária na medida em que esta pode ser entendida como uma estratégia de promoção do desenvolvimento tendo como parâmetro as condições locais. Em vez de buscar copiar ou imitar experiências bem sucedidas ou as melhores práticas, deve-se buscar conhecer melhor a situação objetiva dos processos locais, suas características, seus atuais níveis de produtividade, a dinâmica de seu processo de produção, a natureza de seus produtos e a sua dinâmica organizacional para, a partir dessa realidade constatada, propor ações que possam melhorar o nível de renda dos agentes e a qualidade do desenvolvimento local. (BASSO et al, 2000, p. 12).

É importante salientar, por fim, que em vez de simplesmente se arbitrar um sentido que deveria assumir o desenvolvimento, o fundamental é entendê-lo como um processo aberto, no qual a capacidade de evolução das sociedades humanas assume importância fundamental. Além de se constituir numa forma de reação a situações de crise, a Economia Solidária vem ganhando relevância pelos resultados que apresenta e, principalmente, pelas possibilidades de influir nos processos locais de desenvolvimento, apontando características mais favoráveis à distribuição da riqueza econômica da sociedade, ao provimento de condições de trabalho justas e solidárias e também ao respeito para com as questões ambientais.

3 Realismo Crítico: princípios e procedimentos metodológicos

Para pensar o desenvolvimento numa perspectiva sustentável, não restrito apenas às questões ambientais, mas socioambientais, visando à construção de uma sociedade justa e solidária, o conhecimento científico é imprescindível. A construção desse conhecimento, entretanto, deve se fundamentar em uma metodologia coerente com os objetivos propostos, pois o mundo não pode ser transformado de uma maneira racional se não for interpretado de maneira adequada. (BHASKAR, 2003, p. 04).

Segundo Bhaskar (1989), existem no mundo estruturas não empíricas, subjacentes aos

fenômenos, e essas estruturas delimitam e possibilitam os estados de coisas e eventos verificados em nível empírico; ou seja, há uma realidade que não é transparente aos homens, mas que precisa ser conhecida para que esses alcancem uma melhor compreensão do mundo.

Este trabalho insere-se no referencial epistemológico do Realismo Crítico, entendendo a Ciência como um produto cultural da humanidade, historicamente aberta e em contínua evolução, considerando que o seu objeto de estudo – a realidade – não compreende apenas ao empírico (fenômenos que nossos sentidos podem observar), mas também ao factual ou efetivo (fenômenos não observáveis diretamente pelos sentidos) e o real propriamente dito – ou seja, considera os processos e mecanismos causais do empírico e factual como integrantes da realidade. (SILVA NETO, 2007).

O Realismo Crítico, portanto, pressupõe que o mundo é estratificado e diferenciado, existindo três camadas da realidade. Conforme a exposição de Vasconcelos et al (1999, p. 437), a primeira camada seria representada pela realidade observada, ou seja, pelo estado da natureza apreensível sem a interação com o cientista. A segunda seria o nível de realidade empírico, no qual o pesquisador entra em contato com o evento da natureza sob investigação, interferindo na formulação teórica da realidade observada com base em suas próprias experiências e no seu cabedal de conhecimento precedente. Por fim, o nível da realidade não real ou profunda, no qual, segundo os autores,

[...] encontra-se a estrutura subjacente que delimita e possibilita a ocorrência dos eventos e estados de coisas observados em nível empírico. Nela, o investigador, enquanto construtor da ciência, precisa identificar, compreender e buscar conceitualmente as estruturas, as forças, os mecanismos gerativos e as tendências subjacentes aos fenômenos estudados (Ibidem, p. 437).

Ao pesquisador, portanto, não basta encontrar correlações entre os eventos observáveis, já que, para fazer Ciência, é necessário descobrir as camadas mais profundas da realidade, nas quais se encontram os determinantes causais últimos dos eventos que se quer explicar.

A compreensão da natureza ou racionalidade dos agentes ou fenômenos requer um acúmulo de evidências, obtidas diretamente com os próprios agentes e confrontadas com outras fontes de informações, utilizando-se para isso de uma abordagem que se apoie na inferência da melhor explicação ou, como propõem os realistas críticos, em inferências baseadas na abdução. Como sintetiza Silva Neto (2007, p. 12):

O esquema geral dos argumentos abduativos consiste no enunciado de uma evidência (um fato ou conjunto de fatos), de hipóteses alternativas para explicar tal evidência, e de uma apreciação do valor dessas explicações baseada nos seus conteúdos. A conclusão é de que a melhor explicação provavelmente é a verdadeira. Assim, em contraste com os argumentos dedutivos, a conclusão não segue logicamente as premissas e depende de seu conteúdo. Também, em contraste com os argumentos indutivos, ela não necessariamente consiste em uma extensão uniforme das evidências, o que permite sua utilização mesmo em situações instáveis.

A compreensão dessa melhor explicação, portanto, requer uma análise da situação geral em que determinada realidade se insere, além dos aspectos específicos, e também a busca de dados que contribuam para a explicação. A utilização da metodologia abduativa não dispensa o emprego de métodos indutivos e dedutivos no complemento da análise.

Para o Realismo Crítico, o principal critério da cientificidade é o poder explicativo, para o qual os fenômenos emergentes relacionados especificamente às relações sociais constituem-se no objeto de estudo por excelência das Ciências Sociais e, em função da importância dessas propriedades emergentes, deve-se restringir a utilização de procedimentos baseados em deduções matemáticas e induções estatísticas neste campo. (SILVA NETO, 2007).

Para o Realismo Crítico, portanto, a essência da prática científica estaria em mover-se dos fenômenos que se manifestam no nível empírico para as estruturas a eles subjacentes e que os geram. Em outras palavras, é necessário transcender os fatos e as aparências dos eventos ou dos estados de coisas. (VASCONCELOS et al, 1999).

Os procedimentos metodológicos utilizados na realização deste trabalho priorizaram abordagens históricas, buscando compreender os fatores que levaram ao estabelecimento dos EES estudados, as especificidades de cada um e dos distintos setores em que atuam, buscando os traços comuns que permitem configurá-los dentro do chamado campo da Economia Solidária.

Para compreender a trajetória dos EES no processo de desenvolvimento local foram realizadas entrevistas específicas com membros mais antigos dos empreendimentos, visando entender as raízes históricas desse processo, bem como o tipo de relacionamento entre os atores e a forma como selecionam os recursos herdados nos momentos decisivos, que objetivam as condições construídas no curso da História.

Para que se possa ter um bom entendimento dos processos históricos é igualmente fundamental, segundo Bagnasco (1998), compreender o cenário ou contexto socioeconômico em que estão inseridos os empreendimentos. Putnam (2000), por exemplo, aponta o civismo, herdado ainda da Idade Média, como um fator decisivo para o desenvolvimento do Noroeste italiano. Para Bagnasco (1998), no entanto, a produção baseada predominantemente em pequenas empresas daquela região italiana não seria viável internacionalmente sem a mudança de mercados em relação à demanda pós-anos 1970. Ou seja, o resultado final não estava escrito, não dependia apenas de questões endógenas, mas também de elementos exógenos, devidamente adaptados ao contexto local.

Com base nesses princípios metodológicos, o trabalho buscou compreender a realidade, com base na capacidade explicativa dos fenômenos relacionados, entendendo seus condicionantes e tendências, procurando caracterizar o contexto em que se formaram e desenvolveram os EES, bem como discutir a relevância socioeconômica dos mesmos para a dinâmica local de desenvolvimento. Para tanto foram utilizados instrumentos de coleta de dados a campo como fonte primária e em diversas fontes secundárias, além de pesquisas bibliográficas em livros, sites especializados, monografias de graduação, artigos, dissertações e teses. Com base nas inferências, buscou-se conhecer a dinâmica dos

sistemas econômicos dos EES, a agregação de valor e distribuição dos mesmos, na sociedade e internamente, por meio das rendas apropriadas.

Para analisar a inserção dos EES no desenvolvimento local o trabalho tomou como referência: a) a sua emergência e evolução no contexto local, b) a sua contribuição para o desenvolvimento local com base na capacidade de geração de valor agregado pelos empreendimentos e c) a capacidade de reprodução social dos empreendimentos avaliada em função da renda apropriada. Mesmo tratando-se de empreendimentos econômicos solidários, a avaliação dos impactos no desenvolvimento local considerou suas repercussões em termos das condições materiais, tanto do ponto de vista da sociedade (geração de valor agregado), como dos empreendimentos em si (capacidade de reprodução a partir da renda apropriada).

Para avaliar essas condições materiais, o trabalho privilegiou a observação direta como mecanismo para compreender, e não apenas descrever, o processo de constituição e evolução dos EES no contexto local, assim como as relações socioeconômicas que permitem explicar as condições de inserção desses empreendimentos na dinâmica particular de desenvolvimento estudada. Esse procedimento é coerente com a ontologia defendida pelo Realismo Crítico, na medida em que estimula o pesquisador a buscar a melhor explicação da realidade não apenas aparente, mas dos elementos que estão subjacentes a ela. É coerente igualmente com a noção de desenvolvimento visto como um processo aberto e evolutivo, e não como um estado desejado, uma *best practice* a ser copiada ou imitada. A inserção dos EES no desenvolvimento local é avaliada a partir das condições materiais do contexto socioeconômico estudado.

O trabalho de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas com associados aos EES, buscando-se compreender a dinâmica de funcionamento e o processo autogestionário dos empreendimentos, bem como levantar dados para o cálculo econômico, além de suas relações com a sociedade e o mercado.

O cálculo econômico cumpriu um papel de explicitar como se dá a agregação de valor

e geração de renda em algumas unidades de produção que formam os EES, atuando como uma espécie de radiografia da dinâmica dessas unidades, que são famílias associadas aos EES, no caso dos grupos de agricultores feirantes. O cálculo econômico, nesse caso, serve para mostrar em que medida os EES, como estratégia coletiva, contribuem para as estratégias individuais de reprodução das famílias.

As variáveis que compõem o cálculo econômico são o Valor Agregado e a Renda, que são expressas, de acordo com Basso et al (2000), da seguinte forma:

Valor Agregado (VA) = VBP – CI – D, onde: (1)

VBP = Valor Bruto da Produção;

CI = Consumo Intermediário;

D = Depreciações relativas à estrutura de produção;

Consumo Intermediário (CI), por sua vez, = CMP + OD, onde: (2)

CMP = Custos da Matéria-Prima direta;

OD = Outras Despesas operacionais tais como pagamento de água, luz, telefone e despesas com manutenção.

Renda (R) = VA – S – I – A – J – GV – SP, onde: (3)

R = Renda;

VA = Valor Agregado;

S = Salários;

I = Impostos federais, estaduais e municipais;

A = Aluguéis;

GV = Gastos de Venda, tais como comissões, propaganda, etc.

SP = Serviços Profissionais

Em relação aos grupos de catadores, buscou-se conhecer a realidade dos mesmos, construindo uma tipologia baseada na dinâmica econômica e social desses trabalhadores, a partir da importância que a atividade tem para a composição de suas rendas, considerando jornada de trabalho, níveis de material recolhido, níveis de capitalização, ocupação de mão-de-obra familiar mais ou menos intensa, entre outros.

Embora os catadores não estejam localizados em uma única região do município, a presença deles ocorre com maior intensidade nas regiões da periferia urbana. Para a caracterização dos catadores, o trabalho se concentrou em uma das regiões onde há grande concentração de catadores e, em termos de equipamentos públicos, serviços, renda das famílias, entre outros fatores, é extremamente periférica.

O trabalho de pesquisa foi realizado de forma progressiva, de acordo com os princípios metodológicos da análise diagnóstica, sintetizados por Silva Neto (2007, p. 6) como:

[...] um procedimento baseado na ADSA [Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários] consistiria em analisar cada nível, separada e progressivamente, procurando responder apenas aquelas questões que parecem ser as mais pertinentes (que são freqüentemente as mais óbvias). No momento em que as principais questões relativas àquele nível foram respondidas de forma satisfatória realiza-se uma síntese que permita que a análise a ser efetuada no nível posterior se concentre em apenas alguns ramos da árvore de possibilidades. Assim, concentrando-se nas informações claramente mais pertinentes, mais com o objetivo de descartar possibilidades do que de responder definitivamente às questões, pode-se progressivamente definir a configuração do desenvolvimento de uma região no nível de detalhe desejado de forma eficiente e rigorosa.

Da mesma forma, procurou-se levar em conta que, como exposto por Bhaskar (2003), os fenômenos sociais (e a maioria dos naturais) são o produto de uma pluralidade de estruturas, e que essas estruturas devem ser ordenadas hierarquicamente de acordo com sua importância explicativa. Os realistas defendem uma compreensão da relação entre estruturas sociais e a atividade humana que se sustente em uma concepção da atividade social como transformação, que evite tanto o voluntarismo como a coisificação.

O procedimento de trabalho seguiu os seguintes passos:

1º – Contato com os grupos e início das entrevistas sobre o contexto que levou à formação dos EES, bem como as referências que esses possuíam sobre associativismo;

2º – Levantamento de informações sobre o funcionamento dos grupos, comparando-as aos desafios e propósitos dos mesmos;

3º – Levantamento de dados sobre a produção, analisando a agregação de valor e distribuição da renda gerada pelas unidades de produção.

Em todos esses passos buscou-se analisar a relação do EES com seus associados, para compreender a dinâmica interna desses grupos. Paralelo ao trabalho de campo buscou-se apoio na bibliografia e documentos, especialmente no debate sobre desenvolvimento, Economia Solidária e o contexto socioeconômico de Ijuí, local do estudo.

Esta pesquisa desenvolveu-se junto aos grupos em análise, de maneira que a compreensão da realidade em que estão inseridos foi realizada não só a partir dos elementos apresentados pelos grupos, mas, em muitos momentos, do debate e análise coletiva dos mesmos, de maneira que este resultado é bem mais coletivo que individual.

4 O processo de desenvolvimento no município de Ijuí/RS e a emergência dos EES de agricultores feirantes e catadores

Entender o desenvolvimento de determinadas formas de organizações humanas requer a compreensão do meio em que esse se processa. Para isso é preciso observar os condicionantes naturais, técnicos e sociais que explicam diferentes trajetórias em uma dinâmica de desenvolvimento.

O município de Ijuí está localizado na região Noroeste Colonial do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma região de transição entre o bioma da mata Atlântida e o bioma do Pampa, com grande parte da área originalmente coberta de mata nativa, mas também com áreas de campo onde se instalaram propriedades agropastoris. A região de florestas, até então território de indígenas Kaigangs e Guaranis, passa a ser ocupada no fim do século XIX por imigrantes oriundos de diversas regiões da Europa e também por descendentes desses, antes instalados

em outras regiões do estado, com a implantação da colônia Ijuhy por parte do governo estadual. (WEBER, 1987).

A dinâmica de desenvolvimento local do município decorre fundamentalmente das trajetórias observadas no meio rural (agricultura) e no meio urbano (com ênfase na atividade industrial).

Vários estudos evidenciam que o desenvolvimento rural do município de Ijuí comportou algumas fases, cada uma delas demarcadas pela inter-relação de fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos. (DUDERMEL et al, 1993; LIMA et al, 2009; SILVA NETO; BASSO, 2005).

A primeira fase envolve o período de implantação da colônia Ijuhy, correspondendo ao período que vai de 1890 até 1910. O período é marcado pela chegada das primeiras levas de famílias imigrantes que adquiriram seus lotes de terra pelo programa público de colonização. Como os lotes eram cobertos por densa mata, os fatos ecológicos mais importantes naquele período caracterizaram-se pelo desmatamento e aproveitamento da fertilidade natural do solo. A técnica agrícola baseava-se no sistema de derrubada e queimada de pequenas áreas, dependendo da quantidade de trabalho disponível, com sistemas agrícolas diversificados de subsistência e pousio de longa duração como estratégia de recomposição de fertilidade. O principal produto comercial na época era a banha negociada normalmente com comerciantes itinerantes. Como todas as famílias praticavam o mesmo sistema de produção, o processo de diferenciação social entre os agricultores nesse período foi insignificante.

Na segunda fase, que vai de 1910 até 1940, a agricultura local vai se caracterizar pela consolidação e prosperidade das colônias, frutos de uma maior intensificação da exploração do ecossistema, da especialização dos sistemas agrícolas em torno da produção da banha e da ampliação das produções voltadas à subsistência (mandioca, milho, feijão) com o uso de tração animal. Fatores econômicos – como a comercialização da banha com outras cidades gaúchas, as primeiras divisões por herança dos lotes, a chegada de novos migrantes, com maior

capitalização – causam o início da diferenciação da agricultura e dos agricultores, embora ainda pequena.

A fase seguinte vai de 1940 a 1970 e é demarcada como um primeiro período de crise da agricultura colonial em função da diminuição da fertilidade dos solos, provocando a queda dos rendimentos das culturas, especialmente do milho. Isso leva os agricultores a utilizarem mais intensivamente suas terras, diminuindo o tempo médio de pousio, agravando ainda mais o problema e colocando em crise o sistema de produção de milho – criação de suínos – venda de banha. Outras culturas comerciais são introduzidas, com destaque para a cana-de-açúcar para a produção de aguardente e a alfafa para alimentar a cavalaria do Exército, além da mandioca e da soja utilizadas para alimentar as novas raças de suínos destinadas à produção de carne em vez da banha, tipo carne (mandioca e soja). É um período marcado primeiramente pelo empobrecimento geral dos agricultores, que leva à mobilização por alternativas, por meio do fortalecimento de cooperativas, demandas por políticas de crédito subsidiado, assistência técnica. Mas, sobretudo, é um período de diferenciação da agricultura e dos agricultores. Os agricultores mais capitalizados apropriam-se de mais lotes de terra e começam a introduzir com maior intensidade os cereais, aproveitando-se dos subsídios públicos, concedidos inicialmente aos granjeiros que, desde os primeiros anos da década de 1950, dedicaram-se ao cultivo do trigo na região. (FRANTZ; SILVA NETO, 2005). Outros vendem suas terras e partem em busca de alternativas de renda, migrando para praticar a agricultura em outras regiões agrícolas com terras mais férteis e mais baratas ou em busca de trabalho nos centros urbanos.

A partir dos anos 1970, a agricultura de Ijuí e da região Noroeste do estado consolida uma nova fase, centrada na especialização e na intensificação dos sistemas produtivos, com o uso mais intenso de insumos e máquinas de origem industrial. A produção de grãos se consagra com a massificação do cultivo do trigo no inverno e da soja no verão.

Esse processo tornou-se possível pela combinação de terras disponíveis, tanto pela migra-

ção de agricultores como pelo uso de áreas de campo disponibilizadas para arrendamento pelos pecuaristas em função da crise da pecuária. Além disso, merecem destaque a fartura e facilidades para obtenção de crédito rural, bem como a facilidade para importar bens e insumos agrícolas. Essas transformações atingem os agricultores de forma diferenciada e contribuem para acentuar a diferenciação socioeconômica, a partir de diferentes dinâmicas de acumulação, que levaram a uma concentração da produção. (DUDERMEL et al, 1993). Nessa dinâmica da agricultura regional convivem, portanto, agricultores em processo de acumulação, especialmente aqueles que conseguem se especializar na produção de grãos em maior escala, ao lado de agricultores em processo de descapitalização, com destaque, neste caso, para aqueles que dispõem de áreas de terra de tamanho menor e que não têm acesso ou acessam tardiamente o sistema de crédito, sendo que sua escala de produção não permite auferir renda suficiente para assegurar sua reprodução baseando-se na produção de grãos.

O fluxo migratório se acentua e os pequenos agricultores que conseguem manter-se na atividade passam a apostar na diversificação, voltando-se para a produção de leite, implantação de viveiros, criação de suínos, hortifrutigranjeiros. Esses processos de diversificação são estimulados em meados dos anos 1990 com a implantação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece variadas linhas de financiamento com condições favoráveis para os agricultores familiares.

Em meio a este processo de transformações da agricultura colonial-familiar no município de Ijuí, um segmento de agricultores garantiu sua manutenção com base em uma estratégia de produção diversificada de alimentos, ofertados diretamente aos consumidores locais, por meio das feiras livres. A crise da década de 1980, que se estende até o presente, especialmente entre os segmentos descapitalizados da agricultura familiar, contribuiu para consolidar este grupo local de agricultores feirantes.

No meio urbano, pode-se apontar alguns indícios do processo de desenvolvimento, sobretudo a partir da atividade industrial. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), a população de Ijuí em 2008 era de aproximadamente 75 mil habitantes, dos quais cerca de oito mil residiam no meio rural e os demais na zona urbana do município, sendo 15 mil os moradores da área central e pouco mais de 50 mil distribuídos entre 32 bairros.

Ao longo da história do município, a atividade industrial empregou uma força de trabalho significativa, dinamizando a economia local e tornando atrativa a vinda de pessoas de outros municípios, sobretudo do meio rural. Weber (1987) resgata dados do número de estabelecimentos que realizam atividades de transformação na primeira metade do século XX em Ijuí. Segundo a autora, em 1920 havia 96 estabelecimentos que pagavam impostos federais na área industrial. Na década de 1940, ainda de acordo com Weber, 13% da população local trabalhava em estabelecimentos industriais como mensalistas.

Analisando a dinâmica industrial de Ijuí, Basso et al (2000) caracterizam o desenvolvimento do setor no município em três períodos distintos. O primeiro, que vai da criação da Colônia Ijuhy até aproximadamente 1920, é um período de baixa atividade industrial, voltada principalmente para o fornecimento de utensílios aos colonos, com reprodução simples de capital.

O segundo período, que vai de 1920 até fins dos anos 1960, é marcado pelo crescimento e expansão das atividades industriais no município e pode ser subdividido em duas fases. Uma primeira fase (1920-1950) de grande expansão da atividade industrial, com uma participação efetiva e constante do poder público municipal e de abertura da economia local para mercados estaduais e nacionais, tanto em relação à oferta de produtos como à compra de matérias-primas. Há um aumento de firmas e de trabalhadores, como demonstra Weber (1987), e conseqüentemente de participação dos salários nas rendas, o que dinamiza mais a economia local. Mas é também uma fase de capitalização, com importação de novas máquinas e tecnologias, com produção de maiores excedentes e reprodução ampliada de capital (BASSO et al., 2000, p. 18). Na segunda fase (1950-1970), o setor ainda está em expansão, porém a indústria local começa a sofrer concorrência pela maior abertura da economia nacional e o poder público deixa de ser

um alavancador do desenvolvimento industrial. Algumas empresas conseguem modernizar-se e produzir em escala, mantendo-se competitivas, porém outras começam a dar sinais de decadência. Segundo os autores, verifica-se que parte significativa das empresas que se mantêm em crescimento nessa fase oferta produtos que estão associados com algum tipo de política de incentivos e subsídios por parte do Estado e do sistema cooperativo.

O terceiro período, que abrange o início da década de 1970 até o final dos anos 1990, é de franco declínio da atividade industrial no município, tanto pela redução da atividade, como pelo fechamento de firmas. Pode-se caracterizar o período, de acordo com Basso et al (2000) pelo relativo atraso tecnológico, falta de visão empresarial e mercadológica, descontinuidade administrativa, além da ausência de apoio do poder público local.

Em boa medida, as firmas que surgem são mais uma resposta à crise estrutural do mundo do trabalho do que empreendimentos voltados à reprodução ampliada do capital. Dessa maneira, proliferam-se firmas de fundo de quintal, voltadas principalmente para a manutenção de seu proprietário e familiares, ocupando eventualmente alguma mão de obra externa à família.

A trajetória de desenvolvimento do município de Ijuí, tanto nas suas atividades rurais quanto urbanas, mantém forte relação com as transformações na agricultura regional e possui forte caráter associativo, determinado tanto pelas condições objetivas do início da colonização, como pelos impulsos da década de 1960, criando condições propícias para que boa parte da comunidade Ijuicense tenha realizado alguma experiência e desenvolvido conhecimentos sobre trabalhos cooperativos e/ou associativos, de maneira que a todo o momento surgem novas associações, conselhos comunitários e espaços de cooperação. Dentre eles, as formas de cooperação econômicas e solidárias também têm se desenvolvido.

De acordo com o mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária no Rio Grande do Sul (SENAES, 2008), foram identificados 24 EES distribuídos tanto na zona urbana

como na zona rural do município de Ijuí, abrangendo 1.054 sócios individuais. Como muitos são compostos por famílias inteiras (caso dos EES de agricultores principalmente), o número de pessoas que se beneficiam com os mesmos é seguramente maior.

Dois segmentos de EES emergem da análise do processo histórico de desenvolvimento no município de Ijuí: os grupos de agricultores familiares feirantes que estruturam a sua produção rural (ou parte dela) para a comercialização direta aos consumidores locais, e os grupos de catadores relacionados ao ramo da reciclagem do lixo urbano.

De acordo com o estudo de Lemes (2009), a crise que atingiu a agricultura familiar na terceira fase de colonização do município de Ijuí e de segmentos da agricultura familiar que tiveram dificuldades para garantirem sua reprodução social com o novo padrão de agricultura do final da década de 1960, centrado na produção de grãos com o uso intensivo de tração motorizada e de insumos de origem industrial – o que levou muitas famílias do meio rural a se dedicarem à produção de mercadorias coloniais para a venda direta aos consumidores em feiras livres. No mesmo estudo, Lemes (Ibidem) identifica e analisa a trajetória de quatro grupos de agricultores feirantes: a Associação dos Produtores Feirantes de Ijuí (Aprofeira) que, apesar de ser oficializada nos anos 1980, já existia informalmente e fazia a venda de produtos coloniais em feiras livres nas ruas centrais da cidade antes mesmo da década de 1970; a Associação dos Feirantes do Assis Brasil, mais conhecida como “Feira do Ginásio” que se consolida na década de 1990; a Feira de Agricultores Agroecológicos de Ijuí, também conhecida como “Feira da Penha”, do início dos anos 2000; e a Cooperativa dos Agricultores Agroecológicos e Coloniais da Região Noroeste (Natuagro), constituída, por sua vez, em 2004.

Com base em entrevistas realizadas com integrantes dos quatro grupos, é possível evidenciar como características gerais desses agricultores feirantes: a) cada associado responde por uma família, sendo que em alguns casos existe mais de um associado por família, ou então que uma mesma família participe de mais de um grupo de feira; b) a maioria das unidades de pro-

dução dos agricultores feirantes está localizada no entorno mais próximo do perímetro urbano da cidade de Ijuí; c) a maioria dos agricultores feirantes possui unidades de produção com até 20 ha e um percentual considerável desses possui menos de 5 ha de área; d) uma parte significativa destes agricultores feirantes ainda se dedica à produção de mercadorias agrícolas tradicionais da região, com destaque para a cultura da soja; e) enquanto para muitos desses agricultores a participação nas feiras representa uma fonte de renda alternativa que aos poucos vai ganhando importância na conformação da sua renda agrícola total, para outros, a feira se constitui na principal fonte de renda e, por consequência,

na atividade prioritária em termos de alocação de fatores.

A diversidade de situações observada entre os agricultores feirantes nos levou a identificar um grupo menor de unidades de produção que pudessem abarcar essa diversidade em termos de tamanho de área, membros da família envolvidos e trabalhadores contratados, com o objetivo de avaliar a contribuição dos distintos casos para a geração de valor agregado e para a reprodução social das famílias. O Quadro 1 reproduz alguns dos indicadores obtidos da pesquisa de cinco tipos de unidades de produção de agricultores feirantes do município de Ijuí.

Indicadores	Feirante 1	Feirante 2	Feirante 3	Feirante 4	Feirante 5
Área útil (hectares)	30	7	4	3	16
Unidades de trabalho contratado	2,0	-	1,5	-	-
Unidades de trabalho familiar (UTF)	4,0	5,0	1,5	1,5	4,0
Valor Agregado Bruto (VAB) (R\$)	246.042,10	20.929,10	43.488,60	3.409,28	19.915,70
VAB/Hectare (R\$)	8.201,00	2990,00	10.872,00	1.136,00	1.244,00
Renda total (R\$)	54.649,00	15.194,02	22.350,36	1.938,44	18.219,90
Renda/UTF (R\$)	13.662,25	3.038,80	14.900,24	1.292,29	4.554,98
Salários Mínimos/UTF/Ano	2,5	0,5	2,7	0,2	0,8

Quadro 1 – Indicadores econômicos de agricultores feirantes do município de Ijuí/RS (valores de 2008)

Fonte: Os autores.

Nota: Dados coletados com os agricultores.

De maneira geral, esses cinco casos nos demonstram que o nível de diferenciação entre os agricultores feirantes é expressivo. Embora os dados do Quadro 1 expressem a situação de apenas cinco casos de agricultores feirantes, é possível perceber a diversidade das famílias que buscam nas feiras fontes alternativas de renda para garantirem sua reprodução social. Enquanto alguns sistemas de produção podem permitir uma renda por unidade de trabalho familiar superior a dois salários mínimos anuais, outras unidades de produção, mesmo com as atividades da feira, não conseguem atingir sequer um salário mínimo de renda por trabalho familiar.

As unidades que se especializam na produção e venda de produtos típicos de feiras, como salames, queijos, bolachas, frangos e hortifrutigranjeiros, costumam gerar uma margem de va-

lor agregado bem superior às médias alcançadas por sistemas produtivos da agricultura regional baseados na produção e venda de *commodities*, como são os sistemas baseados em grãos, com destaque para a soja, e até mesmo sistemas de produção envolvendo produções animais mais intensivas, como aquelas dedicadas à produção de leite e de suínos. Enquanto um sistema de produção de grãos raramente consegue gerar mais de R\$ 1.000,00 e um sistema de produção de leite pode atingir entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 de valor agregado bruto por hectare (SILVA NETO; BASSO, 2005), alguns sistemas baseados em produtos de feira podem gerar R\$ 3.000,00, R\$ 8.000,00 ou até R\$ 10.000,00 por hectare, como se pode observar pelos dados do Quadro 1.

Existem, contudo, sistemas de produção de feirantes com menor capacidade de geração

de excedentes, mas, como esses agricultores em geral possuem pequenas áreas de terra, é mais fácil buscar soluções técnicas para incrementar sua produção, elevando a produtividade por área e a renda familiar, do que torná-los mais intensivos em produtos mais exigentes de escala e que são mais dependentes de insumos industriais.

Apesar das disparidades nos casos, é possível ver que, em geral, esses agricultores conseguem um rendimento que permite sua reprodução social, ainda que em alguns casos tenham que consumir os recursos que teriam que ser destinados à reprodução da estrutura fixa de produção. Não se pode desconsiderar igualmente que a produção destinada ao auto-consumo, dada a diversidade de possibilidades alimentares encontradas junto a esses agricultores, também contribui para explicar a manutenção de muitas famílias na atividade. O desafio, no entanto, é viabilizá-la a médio e longo prazo, incorporando a nova geração representada pelos filhos desses agricultores.

Assim como o processo de desenvolvimento do meio rural gerou um processo de migração de muitas famílias e forçou outras a buscarem alternativas de produção mais intensivas, de modo a garantirem uma renda suficiente para permanecerem no meio rural, o processo de desenvolvimento urbano do município de Ijuí também excluiu trabalhadores, sobretudo do meio fabril, que, somados aos deserdados da terra, contribuíram para formar uma população de trabalhadores informais, que passa a viver de atividades diversas, sem estabilidade e direitos sociais.

O setor da reciclagem é fortemente caracterizado por essa força de trabalho, que opera informalmente a serviço de grandes complexos industriais. Esses trabalhadores, apesar de serem aparentemente livres de deveres (e de direitos), são fortemente dependentes das estruturas desse mercado, que opera com o resíduo do consumo e com o resíduo da força de trabalho, que não encontra outro meio de ser explorada e dedica-se a essa atividade.

Não se pretende menosprezar a importância da reciclagem, sobretudo para o meio ambiente, mas sim registrar que boa parte de uma das mais importantes ações ambientais de

hoje, a reciclagem, depende fundamentalmente da pobreza.

Como no caso dos agricultores feirantes, vários grupos ou associações se constituíram, ainda que nesse caso em períodos mais recentes e normalmente por iniciativa de terceiros, no sentido de organizar o trabalho dos catadores de Ijuí. De um conjunto de entrevistas realizadas, foi possível compreender que nem todos os trabalhadores da reciclagem desenvolvem a atividade da mesma forma, com o mesmo grau de prioridade e dentro das mesmas condições. O traço comum a todos é que, em determinado momento, o trabalho com a reciclagem foi a única alternativa encontrada para suprir uma necessidade de renda, o que de outra forma não seria possível.

Em função do grau de envolvimento com a atividade, Lemes (2009) identificou quatro tipos de catadores em atuação no município de Ijuí, a saber: Catadores de Atividade Principal, Catadores de Atividade Complementar, Catadores Eventuais e Catadores Avançados. No total, estima-se que existam no município em torno de trezentas pessoas envolvidas com a coleta de materiais recicláveis (catadores). O estudo em uma das associações do município de Ijuí que congrega esses trabalhadores evidenciou que os associados trabalham em média 16 horas por semana na seleção e processamento de aproximadamente seis toneladas mensais de material reciclável recolhido pela empresa que faz a coleta seletiva no município. Essa produção representa uma renda monetária por trabalhador, em 2008, de R\$ 80,00 a R\$ 100,00 mensais, ou seja, em torno de 20% do salário mínimo nacional (Ibidem). Simulações feitas por Lemes (Ibidem) indicam que seria possível elevar a renda média dos catadores locais para algo próximo a 70% do salário mínimo, com jornadas semanais variando de 20 a 30 horas por trabalhador. Para tanto, seria necessário que, em primeiro lugar, os catadores concordassem em atuar de forma associativa, fortalecendo as associações já existentes e, em segundo lugar, que o serviço de coleta seletiva funcionasse de forma mais eficaz na coleta do material reciclável e o direcionasse aos galpões das associações de catadores.

Uma das condições elementares para que isso realmente viesse a funcionar seria uma par-

ticipação mais efetiva por parte do poder público local, minimizando de um lado suas ações de caráter assistencialista que normalmente são dirigidas a esse tipo de trabalhadores em condições precárias de reprodução e, de outro, estimulando o fortalecimento das associações e da cooperação e solidariedade entre os catadores.

5 Considerações finais

O desenvolvimento em nível municipal ainda é muitas vezes confundido com a instalação de uma grande empresa, preferencialmente do ramo industrial, com capacidade de geração de muitos empregos e que, ao estimular a formação de um parque fabril na região, contribua para atrair outras empresas industriais e de serviços. Característico da grande expansão capitalista dos anos 1950 e 1960, esse modelo entra em crise a partir dos anos 1970 e suas condições de universalização seriam atualmente certamente mínimas.

Em contraponto ao modelo da grande indústria, inúmeras experiências, com destaque para o caso do Noroeste italiano, demonstram que é possível um nível de desenvolvimento elevado, com uma organização econômica difusa, baseada em grande número de pequenas empresas.

Outra situação que deve ser considerada é que nenhum processo de desenvolvimento difunde-se por si só. A promoção do desenvolvimento pode acontecer por meio da ação do Estado, articulada com setores econômicos e da sociedade, buscando formas de dinamizar o processo e redistribuir resultados.

Ao longo deste trabalho, discutiu-se uma visão de desenvolvimento sem que se buscasse um modelo a ser seguido, mas sim entender que tipos de condicionantes contribuem para a sua evolução. Os sistemas sociais que evoluem e inovam a partir de perturbações nas relações sociais e/ou de técnicas com base no uso de matéria e energia são os que mais rapidamente podem se desenvolver.

Os Empreendimentos de Economia Solidária, nesse sentido, são vistos como uma proposta sistêmica resultante de um conjunto de

perturbações que forçam o sistema a se refazer, podendo o novo sistema ser mais eficiente para assegurar um processo de desenvolvimento que combine fatores socioeconômicos e ambientais de forma mais equitativa e sustentável.

A combinação de desenvolvimento e sustentabilidade pode, nesse sentido, ser alcançada e potencializada a partir dos propósitos da Economia Solidária de gerar renda de forma sustentável, por meio da cooperação dos trabalhadores, com processos autogestionários entre os integrantes dos EES e solidários com os demais trabalhadores na sociedade.

O trabalho analisou algumas experiências de Economia Solidária existentes em Ijuí/RS. A análise dos EES estudados permite concluir que eles contribuem, ainda que de forma diferenciada, na geração de valor agregado para a economia local e na formação da renda de muitas famílias, muitas delas situadas na base da pirâmide social, como é o caso dos catadores. Dentre os agricultores familiares feirantes, por sua vez, percebeu-se que muitos não conseguiriam garantir sua reprodução social a partir do sistema de produção dominante na região, baseado na cultura da soja, e só não estão virtualmente excluídos da atividade agrícola porque buscaram alternativas de reprodução em torno de produtos de feira, como hortifrutigranjeiros, derivados de leite, de carne suína e bovina, produtos de panificação e confeitaria, entre outros. Apenas produzir, entretanto, não é o suficiente. O diferencial desses agricultores está na colocação da sua produção diretamente na mesa dos consumidores, o que é possível, em boa parte, devido aos empreendimentos coletivos representados nesse caso pelas feiras livres.

Mesmo que a trajetória de organização coletiva não tenha ainda garantido uma renda suficiente aos catadores, é inegável que eles conquistaram o reconhecimento social que se traduziu, entre outros fatores, em políticas públicas e em programas sociais que respondem satisfatoriamente a duas necessidades do desenvolvimento local: um tratamento adequado aos resíduos sólidos e a inclusão de um grande contingente de famílias de baixa renda em ações de inclusão produtiva, com empoderamento social.

Os Empreendimentos de Economia Solidária de agricultores feirantes e catadores organizados possuem um potencial emancipatório que deve ser incentivado, pois possibilitam maior autonomia desses grupos sociais frente ao mercado, que não tem preocupações com setores de menor inserção econômica, e também frente ao Estado, na medida em que deixam de ser vistos apenas na condição de clientes ou público-alvo das benesses públicas, passando a serem construtores de políticas públicas e contribuindo de maneira geral para a democratização do Estado e universalização de ações de desenvolvimento mais inclusivas.

Por fim, cabe enfatizar a importância de se compreender as raízes históricas dos processos de desenvolvimento, não apenas para explicar como se chegou à situação vigente, mas principalmente para entender como os atores do desenvolvimento valorizam e selecionam os recursos herdados nos momentos decisivos de suas trajetórias para construir a história que segue.

Referências

- BAGNASCO, A. **La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana.** Políticas Agrícolas. REDCAPA, México, 1998, p. 13-38.
- BASSO, D.; CASTOLDI, A.; MUENCHEN, J. V.; DAL RI, M.; CAMARÁ, S. T. **Estudo da dinâmica e perspectivas da indústria de ljuí-RS.** ljuí: Ed. UNIJUI, 2000.
- BHASKAR, R. **The possibility of naturalism.** Harvester Wheatsheaf, Heml Hempstead, 1989.
- BHASKAR, R. **Realismo crítico, relaciones sociales y defensa del socialismo.** *Revista Viento Sur*, artigos da Web, 2003. Disponível em: <<http://www.vientosur.info/articulosweb/index.php?pag=27>>. Acesso em: 10 jan. 2008
- DUDERMEL, T.; BASSO, D. LIMA, A. P. **A política agrícola e a diferenciação da agricultura do noroeste do RS.** ljuí: Editora Unijuí, 1993.
- FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A Formação Histórica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas.** ljuí: Ed. Unijuí, 2005.
- LEMES, F. R. M. **Contribuição da Economia Solidária ao Desenvolvimento Local:** Agricultores Familiares Feirantes e Associações de Catadores. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Unijuí, ljuí/RS, 2009. Disponível em: <www.unijui.edu.br/ppgdes> Acesso em: 15 ago. 2009.
- LIMA, A. J. P. de; SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. de. **Dinâmicas e Estratégias de desenvolvimento agrícola do município de ljuí – RS.** ljuí: UNIJUI, 2009. (Relatório de pesquisa).
- OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. Economia Solidária e desenvolvimento. In: FBES (Org). **Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates,** 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo, Editora UNESP, 1996.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil.** Brasília: MTE/SENAES, 2006
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia solidária: Mapeamento no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: 2008.
- SILVA NETO, B. **Sistemas dissipativos, complexidade e desenvolvimento sustentável: parte 1 - conceitos básicos.** ljuí: Ed. UNIJUI, 2006. 48 p.
- SILVA NETO, B. Análise-diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico. **Desenvolvimento em Questão.** Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007, p. 33-58.
- SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas.** ljuí: Ed. Unijuí, 2005.
- SPIRE, A. **O pensamento Prigogine.** Lisboa. Instituto Piaget, 1999.
- VASCONCELOS, M. R; STRACHMAN, E; FUCIDJI, J.R. O realismo crítico e as controvérsias metodológicas em Economia. **Revista Estudos Econômicos.** São Paulo, v. 29, n. 03, p. 415-445, jul./set., 1999.
- WEBER, R. **Os inícios de industrialização em ljuí.** ljuí: Ed. Unijuí, 1987.